EDUCAÇÃO PARA A PAZ (EP): SABERES NECESSÁRIOS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Nei Alberto Salles Filho

Do breve contexto ao pensamento de Paulo Freire

Nos últimos anos, particularmente neste início de século XXI, é grande o debate sobre a paz como valor a ser agregado na vida. A tarefa hoje é buscar um núcleo de idéias mais claras sobre a questão que todos reconhecem como fundamental, mas, ao mesmo tempo, difícil de ser mapeada enquanto possibilidade pedagógica para o cotidiano escolar. Perguntamos: como a Educação em geral pode incorporar uma Educação para a Paz (EP)? Quais os elementos constitutivos dessa EP? É possível realmente educar para a paz? Sonho, utopia, realidade ou necessidade concreta?

Se partirmos das questões expressas pelo Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz - CIIIP (2002), segundo as quais, desde os anos 80, na América Latina, cresce o quadro da violência organizada, reaparecem doenças infecto-contagiosas, aumenta o uso de drogas, cresce a exploração de crianças e menores, dissemina-se discriminação racial e de gênero e se evidencia a desintegração social, percebemos que existem situações concretas que inserem o Brasil neste cenário de violências.

Segundo o CIIIP na América Latina é grave a violência estrutural, não como fruto de violências de indivíduos concretos, mas resultado de um sistema social que oferece oportunidades desiguais. Ainda, para o CIIIP, essa desigualdade pode conduzir pessoas e países à "desintegração social, diminuir as formas de ação solidárias e cooperativas, aumentar a desconfiança mútua e dificultar os processos de governabilidade e os acordos políticos" (2002, p.104).

Acreditando que pensar, discutir e estruturar ações da EP é realidade necessária, devemos estar atentos para o alerta de Guimarães[1] quando diz que diz o estudo da paz, apesar de oferecer espaço para argumentação positiva, deve interpretar "os sentidos e significados que se nos oferecem, de modo a melhor circunscrever a temática da paz e não violência e da educação para a paz" (2005, p.28). Mesmo assim, há certo ceticismo de muitos professores em relação ao tema, justamente pela não discussão crítica sobre a própria paz, com os limites e possibilidades que oferecem na vida em sociedade e nas escolas. Ainda Guimarães diz que a EP, pela sua trajetória nas ultimas décadas,

[1] Vale ressaltar o trabalho do Prof. Dr. Marcelo Rezende Guimarães como coordenador da ONG Educadores para a Paz (Porto Alegre). Seu livro *Educação para a Paz: sentidos e dilemas* é fundamental para quem pretende conhecer mais os fundamentos da EP.

especialmente na constituição de um conjunto teórico e metodológico e o afastamento da idéia de modismo, "necessita ser estudada, conhecida, debatida, para que as propostas de educação para a paz, em terras brasileiras, ganhem fôlego e sustentação" (2005, p.320).

Pensando na possibilidade da EP que aproxime mundo acadêmico do saber-fazer escolar, mediado na formação continuada de professores, temos a contribuição fundamental de Paulo Freire, apresentada por Ana Maria Freire:

> [...] para Paulo a Paz não é um dado dado, um fato intrinsecamente humano comum a todos os povos, de quaisquer culturas. Precisamos desde a mais tenra idade formar as crianças na "Cultura da Paz", que necessita desvelar e não esconder, com criticidade ética, as práticas sociais injustas, incentivando a colaboração, a tolerância com o diferente, o espírito de justiça e da solidariedade. (2006, p.391)

Compartilhando dessa afirmação, apontamos para uma das principais questões da discussão pedagógica da paz, que é sua estreita relação com o olhar crítico e profundo do tema. A paz não é uma condição natural, assim como não o é a violência, posto que ambas são processuais e construídas. Sendo assim, parece aceitável que se explicite um corpo de conhecimento que pense a paz, na educação e na formação de professores, como um conjunto de saberes, práticas e experiências passíveis de reflexão, análise e sistematização. Ainda nesse caminho, Freire diz, ao receber o Prêmio UNESCO da Educação para a Paz de 1986:

> De anônimas gentes, sofridas gentes, exploradas gentes aprendi sobretudo que a Paz é fundamental, indispensável, mas que a Paz implica lutar por ela. A Paz se cria, se constrói na e pela superação de realidades sociais perversas. A Paz se cria, se constrói na construção incessante da justiça social. Por isso, não creio em nenhum esforço chamado de educação para a Paz que, em lugar de desvelar o mundo das injustiças o torna opaco e tenda a miopizar as suas vítimas. (*apud* FREIRE, 2006, p.388)

Na linha do pensamento de Paulo Freire nos aproximamos de questões presentes aos educadores brasileiros. É difícil acreditar que existam educadores que pensem que suas aulas estão desligadas do cotidiano de seus alunos e que acreditem que o conteúdo é a única forma de mediação entre si mesmo e os alunos. Assim, também é difícil pensar que existam educadores que afirmem que a paz, ou uma EP, não está diretamente relacionada com questões fundamentais na educação e da escola. Nesse caminho, podemos dizer que a construção objetiva da EP na educação brasileira, passa por reconhecer essa forte relação com o pensamento educacional de Paulo Freire, expressa por Ana Maria Freire:

> A Paz tem sua grande possibilidade de concretização através do diálogo freireano porque ele inscreveu na sua epistemologia crítica a intenção de atingí-la. O diálogo que busca o saber fazer a Paz na relação entre subjetividades entre si e *com* o mundo e a objetividade do mundo, isto é, entre os cidadãos e a possibilidade da convivência pacífica, é a que autentica este inédito-viavel. (2006,p.392)

Apontar para a relação entre subjetividade e objetividade, através do diálogo que busca a paz, aproxima também questões que circundam e se entrelaçam na discussão da paz. Complexidade, teoria crítica, inter e multidisciplinaridade, transversalidade, pós-modernidade, entre tantas contribuições filosóficas e sociológicas que fazem parte dessa construção, com a atenção óbvia ao relativismo ou superficialidade, mas com abertura ao diálogo e aproximação.

Observar que a EP é tarefa importante e que inúmeros educadores têm se preocupado com ela é fundamental; entretanto, surge a pergunta: como articular esse conhecimento? Quais os caminhos para se educar para a paz? Ainda com Paulo Freire, podemos supor princípios básicos da EP a se pensar na formação de professores:

> É preciso que saibamos que, sem certas qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto pela alegria, gosto pela vida, abertura ao novo, disponibilidade à mudança, persistência na luta, recusa aos fatalismos, identificação com a esperança, abertura à justiça, não é possível a prática pedagógico-progressista, que não se faz somente com ciência e técnica. (1997, p.136).

Nessas palavras, percebemos como subjetividade e objetividade, sendo complementares, trazem saberes para pensar em cultura da paz, na medida em que amor, humildade, gosto pela vida e pelo trabalho e abertura ao novo são palavras muito presentes no fazer da vida e ainda pouco discutidas na formação de professores. Obviamente, esse currículo oculto sobre o ser (pessoa/professor) abre para perspectiva da diversidade, inevitável na vida e na educação. Nesse caminho, entendemos que diversidade, conflitos, diálogo e construção são fundamentais para o crescimento individual e coletivo. Podemos agregar essa perspectiva ao pensar na formação continuada de professores em EP, e Freire, mais uma vez, nos faz acreditar nessa possibilidade:

> Nas minhas relações com os outros, que não fizeram necessariamente as mesmas opções que fiz, no nível da política, da ética, da estética, da pedagogia, nem posso partir de que devo “conquistá-los”, não importa a que custo, nem tão pouco temo que pretendam “conquistar-me”. É no respeito às diferenças entre mim e eles ou elas, na coerência entre o que faço e o que digo, que me encontro com eles ou com elas.” (1997, p. 152)

Ao considerar o critério da coerência entre falar e fazer, podemos aproximar algumas questões significativas na constituição do corpo de conhecimento da EP, pois a discussão sobre a violência estrutural e as mazelas sociais não pode ignorar a importância dos afetos, da ludicidade, da inteligência emocional, que por sua vez não podem deixar de lado os dados quantitativos sobre as diversas violências. A discussão sobre a paz é feita por muitos e diferentes atores e com perspectivas diferentes, com formas diversas de pensar a vida e a educação. Aqui cabe apontar, de passagem, a proposta defendida por Saturnino La Torre sobre o *sentipensar*. Para La Torre esse é um processo em que pensamento e sentimento trabalham juntos, "a partir da reflexão e do impacto emocional, até convergir, num mesmo ato de conhecimento a ação de sentir e pensar" (*apud* MORAES, 2001, p.54).

Observando os caminhos até aqui delineados, intencionamos apontar possíveis saberes para pensar a formação de professores, neste caso a formação continuada, em função da urgência do tema e do saber de experiência acumulado pelos professores no cotidiano, em quaisquer níveis de ensino. Tomamos Paulo Freire como referência fundamental[2], pois seu pensamento caminha na aproximação entre amorosidade e rigorosidade metódica, entre afetividade e luta. Relembrando La Torre, a idéia do *sentipensar* parece adequada para a formação continuada de professores em EP.

Cultura da Paz e Educação para a Paz

Embora conceitualmente várias questões mereçam destaque, optamos pelo entendimento básico Cultura da Paz, segundo a UNESCO:

> A cultura da paz se constitui dos valores, atitudes e comportamentos que refletem o respeito à vida, à pessoa humana e à sua dignidade, aos direitos humanos, entendidos em seu conjunto, interdependentes e indissociáveis. Viver em uma cultura de paz significa repudiar todas as formas de violência, especialmente a cotidiana, e promover os princípios da liberdade, justiça, solidariedade e tolerância, bem como estimular e compreensão entre os povos e as pessoas (*apud* MILANI, 2003, p.36).

Segundo Milani o conceito de Cultura da Paz ainda está em construção, carecendo de debate e discussão "que equilibre especificidade e abrangência, consistência e fluidez, bem como aplicabilidade aos inúmeros contextos e realidades" (MILANI, 2003, p.37). Se o conceito de Cultura da Paz está em construção, podemos dizer que a EP, ao mesmo tempo em que faz sua estruturação de conhecimento, já traz

[2] Vale lembrar que Freire recebeu o Prêmio Educação para a Paz, da UNESCO em 1986 e já apontava que a EP só se justificaria se observasse suas próprias contradições.

muita discussão educacional que lhe dá suporte. Isso fica evidenciado ao analisarmos o que nos diz Milani:

> No que se refere à escola, a abordagem da Cultura da Paz ressalta diversas necessidades e estratégias: uma relação educador-educando fundamentada no afeto, respeito e diálogo; um ensino que incorpore a dimensão dos valores éticos e humanos; processos decisórios democráticos, com a efetiva participação dos alunos e de seus pais nos destinos da comunidade escolar; implementação de programas de capacitação continuada de professores; aproveitamento das oportunidades educativas para o aprendizado do respeito às diferenças e a resolução pacífica de conflitos; abandono de modelo vigente de competição e individualismo por outro, fundamentado na cooperação e no trabalho conjunto, etc. (2003, p.39)

Podemos observar que o proposto acima está em sintonia com grande parte da discussão educacional brasileira dos últimos anos. Uma educação com perspectiva crítica, dotada de maior possibilidade de autonomia, participação e onde os professores tenham formação de qualidade voltada para o desenvolvimento dos alunos e da sociedade. Nesse sentido, reconhecidamente, a formação continuada de professores tem avançado em quantidade e qualidade. Contudo, também é verdade que esse avanço está voltado mais para a discussão teórica e metodológica das áreas de conhecimento já constituídas e, em menor escala, para as questões relacionadas à violência, paz e conflitos. Parte disso decorre porque existe a percepção de que as áreas específicas podem incluir os temas da violência e paz junto aos conteúdos já constituídos historicamente. Por outro lado, ainda não fica claro para muitos professores por que e como fazer isso em seu trabalho. Essa discussão do papel da EP é expressa por Rabanni:

> Inspirados nos trabalhos dos movimentos pela paz e em função da experiência histórica de suas regiões, os educadores pela paz têm se inclinado mais por uma paz que por outra. Em países marcados pela guerra, é evidente que o objetivo primordial tenha sido evitar novas tragédias e matanças. Em países economicamente menos desenvolvidos, a preocupação principal tem sido com a violência estrutural e a EP tem sido relacionada com uma educação para o desenvolvimento, a justiça e a igualdade de oportunidades. (2003, p.77)

Podemos dizer que a EP, na formação de professores, na realidade brasileira, tem a função de discutir violências, paz e conflitos numa perspectiva crítica, criativa e relacionada com a estrutura das relações humanas na vida pessoal e em sociedade.[3]

[3] Cabe registrar que muitos projetos de valores, paz e relacionamento humano que são desenvolvidos em escolas ignoram a discussão estrutural, traduzindo expressões de paz sob o olhar de “ser bonzinho”, “não reclamar” ou “não discutir”. Como já foi dito por Freire, uma visão “míope” da Educação para a Paz.

Nesse raciocínio, na medida em que fica mais clara a perspectiva da EP para a educação brasileira, Rabbani complementa:

> A questão é o que a educação pode fazer para promover esse tipo de paz como justiça e desenvolvimento? O nosso argumento, retomando o que já vinha sendo discutido pelos teóricos da EP, é que não é suficiente informar sobre as injustiças e desigualdades para se criar uma atitude necessária para superar as injustiças sociais. Mas importante que o quê ensinamos é *como* ensinamos. (2003, P.77)

É possível acrescentar mais uma palavra ao pensamento de Rabanni, que seria o "porquê" de ensinarmos as questões da paz e violências. Acreditamos que a falta de clareza do professores sobre a EP pode ser o maior obstáculo para sua efetivação na escola. Por isso, insistimos na reflexão sobre o tema na formação de professores.

Saberes para a formação de professores em EP

Ao discutir sobre a EP, Tuvilla Rayo afirma que ela pode ser estudada em cada um de seus elementos, cujos resultados permitem formular objetivos educativos e projetar formas de atuação didática sempre pensando numa educação participativa e dialógica, que supera a idéia de uma paz ideal. Para o autor, a EP tem seu caminho no entendimento dos conflitos, que sempre vão implicar escolhas e "participação, a comunicação de experiências ou o simples comportar-se em grupo, que requer discordar daquelas decisões consideradas injustas" (2002, p.102). Tuvilla Rayo afirma:

> A aprendizagem da paz implica efetivamente a aquisição de um certo número de conhecimentos, de atitudes e valores que favoreçam a apreciação e compreensão do outro (das diferentes culturas, comunidades e povos); que comprometem o conhecimento e o respeito dos direitos de cada um e dos deveres e responsabilidades que deles se derivam; que suscitam, em resumo, um compromisso moral e cívico para participar ao mesmo tempo na construção de um mundo mais justo e solidário, que leve em conta o direito das gerações futuras de beneficiar-se de um patrimônio natural e cultural de qualidade. (2002, p.106)

O binômio discurso/intervenção é muito importante na EP. Por isso, na formação do professores, deve ser proporcionado o equilíbrio entre reflexões e vivências, uma vez que o aprender a conviver convivendo é também relevante.

Para Fernandez (2005) a EP pode abordar temas diversos e importantes que lhe conferem uma dimensão transversal, desde o tratamento de problemas intrapessoais diante de certas situações, até questões sociais que resultem em conflitos e injustiças. O autor argumenta que, nos últimos anos, três áreas estão se estruturando em relação à EP

e que, em nosso entendimento, servem para pensar a formação de professores: a primeira é a educação para o desenvolvimento sociopessoal, que observa as relações interpessoais dentro e fora da escola, além da análise de como os indivíduos se relacionam com instituições, estruturas e a sociedade; o segundo é a educação para a cidadania relacionada à participação ativa e o desenvolvimento da liderança, do autocontrole e responsabilidade pelos próprios atos, com a capacidade de analisar e criticar acontecimentos sociais; a terceira dimensão é a educação cultural, observada na tolerância, solidariedade, diversidade e pluralidade (2005, p.99-101).

Em relação às características do professor para a EP, Fernández destaca: a escuta ativa que pressupõe compreensão e cuidado ao escutar o outro; empatia, saber colocar-se no lugar do outro; assertividade, expressando sentimentos com respeito; autocontrole e auto-reflexão, conhecimento de si; negociação, busca de acordos equilibrados e conflitos resolvidos produtivamente; mediação, com predisposição a tratar pedagogicamente os conflitos; solução de problemas, procurando a solução para evitar conflitos maiores e a violência (2005, p.103-104).

Mesmo com possíveis habilidades do professor, voltamos a lembrar de três palavras às quais nos remetemos nesse texto e que merecem atenção nessa configuração - violências, paz e conflitos – de cuja discussão emerge o principal suporte conceitual para a EP.

Tratando resumidamente podemos dizer que a paz é o contrário de violência (JARES, 2002) e que "qualquer análise da paz deveria estar vinculada a uma análise da violência" (GALTUNG, 1985 *apud* JARES, 2002, p.124). Sobre a violência vale destacar que ela se desdobra em diferentes tipos: violência coletiva, com membros de grupos; violência institucional ou estatal, legitimadas no poder; violência estrutural, expressa nas desigualdades; violência cultural, relacionada a etnias e questões ambientais e a violência individual, não organizada, pessoal e direta que ocorre de forma interpessoal. (CIIIP, 2002 baseado em GALTUNG, 1995)

Na complementação da questão acima, Jares aponta algumas dimensões da paz que merecem registro: a paz afeta diretamente a vida do ser humano; a paz se caracteriza pela ausência de violências e pela presença da justiça e igualdade; a paz está nos níveis interpessoal, intergrupal, nacional e internacional; a paz é um processo dinâmico. Nesse caminho aponta para uma idéia chave quando diz que a "paz nega a violência, não os conflitos, que fazem parte da vida" (JARES, 2002, p.132).

Ao falar de conflitos, Jares (2002) aponta para a inevitabilidade deles na vida em sociedade. Para o autor, os conflitos são situações individuais e ou coletivas onde

pessoas ou grupos afirmam valores ou interesses diferentes e divergentes. Ainda diz que os conflitos são importantes na dimensão dialógica da vida, na compreensão de pontos de vista, na afirmação de posicionamentos e no crescimento individual e coletivo. Por fim, comenta que o conflito é uma das características definidoras da escola, por toda a sua pluralidade e que, portanto, a grande chave está no exercício e na resolução não violenta dos conflitos. Logo a EP está nessa lógica do entendimento das violências, na busca da sua compreensão, na clareza dos conflitos geradores e com o processo pedagógico de sua mediação, culminando com a não-violência, ou dito de outra forma, a paz construída coletivamente.

Possibilidades na formação de professores

Considerando as questões levantadas, argumentamos que os saberes necessários sobre a EP são de extrema relevância aos educadores das escolas brasileiras. Tratamos em particular da formação continuada pela necessidade do tema para os professores, que cotidianamente se deparam com situações de conflitos e violências sem saber como encaminhá-los e, muitas vezes, inconscientemente, agindo de forma a agravá-los.

Para contribuir ao contexto apresentado, descrevemos, em linhas gerais, propostas de formação continuada de professores em EP desenvolvidas em dois espaços, com características locais particulares, mas com possibilidades comuns. Um deles é Núcleo de Estudos e Formação de Professores em Educação para a Paz e Convivência, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná[4]. O outro é o Observatório de Violências nas Escolas – Núcleo de Itararé, nas Faculdades Integradas de Itararé, São Paulo[5].

Um aspecto considerado relevante nessa formação continuada é pensar a própria personalidade do indivíduo, seja na esfera da vida privada como na profissão docente. Trata-se de fazer com que o professor perceba que, além de analisar e refletir sobre um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos, é importante buscar novos olhares sobre si mesmo. Acreditamos que esse olhar sobre si é fundamental para desmistificar os

[4] O Núcleo é um desdobramento do Projeto de Pesquisa Configurando Elementos Teóricos e Práticos da Educação para a Paz (2004-2006) que mobilizou a produção de conhecimento na área e iniciou o seu processo de socialização através de palestras, seminários e do I Encontro Paranaense de Educação para a Paz, em julho de 2005. Hoje, o núcleo estrutura suas ações em: divulgação das informações sobre a EP, parceria com escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino de Ponta Grossa, na formação continuada de professores.

[5] O Observatório é uma parceria com a Universidade Católica de Brasília e faz parte da Rede de Observatório-Brasil, desde julho de 2006. Promove formação continuada de professores das redes municipal e estadual de Itararé e alguns municípios da microrregião. O Evento Prevenção de Violências na escolas: por uma cultura da paz em Itararé, realizado em novembro de 2007, apresentou propostas desenvolvidas pelos professores que participaram dos cursos de formação.

próprios conceitos ou preconceitos sobre concepções pessoais e profissionais sobre violências, paz e conflitos.

Pensamos como Martins que “o temperamento não predetermina os indivíduos” (2007, p.97) significando que o fato de a pessoa/professor ser mais “tranqüilo” ou “mais explosivo” objetivamente não é determinante para o envolvimento com a EP. Martins afirma ainda que “traços de caráter condicionam-se pelas atitudes do indivíduo, mas essas atitudes são, por sua vez, condicionadas pelas relações sociais.” (p.97)

Se a formação continuada de professores em EP vai discutir sobre violências e conflitos, abordar relações humanas e discutir o papel social da educação, não pode estar desconectada da vida do professor como cidadão, pai, mãe, família, vizinho, amigo. Portanto, trata-se de buscar o currículo oculto na formação do professor, que é sua própria vida e suas percepções sobre a paz. No limite, podemos dizer que a percepção do professor sobre as violências e conflitos domésticos, sociais e relacionais é o aspecto basilar sobre sua forma de olhar as violências em sua prática docente. Nessa base é que se apóiam os conhecimentos teóricos e práticos da EP. Por isso, sem essa revisão sobre sua própria vida (como exercício), podemos supor que toda a discussão posterior pode ser frágil ou “bancária”, como diria Paulo Freire.

Nesse sentido, três aspectos são relevantes na metodologia do curso. O primeiro é o caráter dialógico.

> Esse é o método educacional que leva à conscientização sobre violência e ação para a paz, sem que os alunos e professores caiam na armadilha de reproduzir a violência estrutural. O diálogo educa sobre os problemas sociais a partir de distintas perspectivas. Integrando todas as reflexões, ele possibilita um conhecimento real sobre determinado problema e uma conseqüente ação efetiva para sua transformação. (RABBANI, 2003, p.75)

Como foi dito, não há outra forma de pensar a formação sem que questões subjetivas sejam colocadas em relação direta com a dimensão objetiva e construtiva sobre a educação e a EP, em que valores éticos e morais, pensamento social e percepções individuais são intimamente relacionados com teoria e práticas específicas na construção de outras formas de conhecimento e ação.

Também pelo caminho da subjetividade, o segundo aspecto na formação deve incorporar o trabalho vivencial de qualidade, ampliando a idéia de técnicas ou dinâmicas de grupo, para a noção de vivências, envolvendo práticas corporais, jogos cooperativos, música, danças circulares, entre outras. Segundo Hannas e Pereira, vivências “são atividades que permitem aos participantes envolver-se por inteiro,

observar a própria reação, extrair *insights* para autoconhecimento, valores construtivos" (2001, p.24). Por esse caminho, as autoras dizem que o propósito das vivências é facilitar a aprendizagem de valores, atitudes e comportamentos de maneira lúdica, mesclando elementos verbais e não-verbais. Estes dois elementos, a ludicidade e não-verbalização, figuram certamente como aspectos importantes agregados à discussão conceitual necessária e complexa sobre violências, paz e conflitos.

O terceiro aspecto observado para a formação de professores em EP é a necessidade da incorporação do conceito de *resiliência*. A importância desse conceito decorre da abertura e suporte às questões mais subjetivas também decorrentes do processo. Ao provocarmos que os professores reconheçam o papel de sua vida pessoal no seu trabalho docente, também é necessário que se estabeleça um suporte para que haja o processamento de todo esse universo multidimensional que envolve, vida e trabalho. Por isso, apoiados em Tavares vemos que *resiliência* é

> [...] capacidade de responder de forma mais resistente aos desafios e dificuldades, de reagir com flexibilidade e capacidade de recuperação diante desses e situações desfavoráveis, tendo uma atitude otimista, positiva e perseverante e mantendo um equilíbrio dinâmico, durante a após os embates – uma característica de personalidade que, ativada e desenvolvida, possibilita o sujeito superar-se e às pressões de seu mundo, desenvolver um autoconceito realista, autoconfiança e um senso de autoproteção que não desconsidera a abertura ao novo, à mudança, ao outro e à realidade subjacente [...] (2000, p.29)

O conceito de resiliência tem grande importância no processo, à medida que faz com que os professores percebam a necessidade de maior protagonismo nas ações pedagógicas, entendendo que, não obstante as dificuldades nas questões relacionadas à violência e paz, existem conhecimentos e possibilidades reais de intervenção e transformação.

Considerando os possíveis pilares metodológicos, a estrutura do curso de formação continuada em EP, nos dois projetos citados, passa por algumas questões [6]:

a) Olhares sobre a Educação contemporânea: diversidade e possibilidade, com aproximação de temas: complexidade, teoria crítica da educação, transversalidade, abordagem holística, educação integral, inteligências múltiplas, educação ambiental.

[6] Os cursos têm entre 40 e 60 horas, com momentos teóricos e oficinas pedagógicas presenciais. Ao longo do processo é desenvolvido um projeto de intervenção na unidade escolar do professor. Lembramos que os temas propostos servem como parâmetros para reflexão dos professores sobre a EP em sua ação.

b) História e desenvolvimento da EP, passando pelas contribuições de Montessori, Dewey, Freinet, Piaget (entre outros), os movimentos internacionais - ONU, UNESCO - e focando a discussão da Investigação para a paz.
c) Conhecimento sobre a EP, assentada na idéia de paz como resolução não-violenta dos conflitos.
d) Conhecimento sobre violências: dados, tipos e classificação.
e) Conhecimento sobre conflito: tipos, causas e mediação de conflitos entre diversos atores da instituição educacional.
f) Pedagogia dos valores humanos: analisando programa de Educação em Valores Humanos (Educare) e o programa Vivendo Valores em Educação (Vive).
g) Afetividade e relações interpessoais: discussão e vivência com dinâmicas de grupo e jogos cooperativos.
h) Planejamento e pesquisa: organização da intervenção no cotidiano escolar com proposta de EP, buscando a sistematização dos dados observados e trabalhados.

Em relação ao projeto de intervenção, os professores têm autonomia para relacioná-lo com propostas já em desenvolvimento nas escolas (como projetos de valores, meio ambiente etc.), sistematizando-as, ou ainda problematizar o cotidiano buscando temas geradores (investigação temática). No processo de sistematização das ações, a sugestão é discutir com os professores (durante a formação) sobre aspectos da pedagogia problematizadora freireana, que tem como ponto de partida a experiência concreta dos alunos, em relação às questões de violências, paz e conflitos nas relações humanas e sociais. Nesse sentido existe uma aproximação – ainda em construção – com Investigação-Ação Educacional [7], que Angulo define:

> Ao investigarem suas práticas, os professores podem explicar o que se encontra "escondido" – no que se refere à ideologia, aos valores, às concepções de Educação, sociedade, ciência, desta forma podem, intencionalmente, por meio de mudanças nos currículos, modificar tais concepções e, por extensão, contribuir para transformar a sociedade. (*apud* GRABAUSKA, 2001, p.19)

A partir do estabelecimento dessa proposta, pretende-se oferecer aos professores um processo inicial de discussão e análise sobre temas fundamentais na construção do corpo de conhecimento relativo à EP. Nesse caso, além de percepção como profissional da educação também existe a intenção de uma auto-reflexão sobre sua própria vida, aos valores pessoais e suas concepções que inevitavelmente são o currículo oculto na

[7] A investigação-ação, deriva da discussão e crítica em relação à pesquisa-ação, discutindo aspectos levantados por Thiollent. No Brasil, incorpora a discussão sobre problematização em Paulo Freire.

significação de seu fazer como educador. Junto a isso, na intervenção com os alunos, no desenvolvimento da proposta, espera-se que a discussão, análise e vivências realizadas no curso contribuam para ampliar os olhares para as temáticas e efetivamente concretizar as pequenas grandes mudanças no cotidiano escolar.

Retomando Paulo Freire, sabemos que ninguém educa e muito menos conscientiza ninguém mas, sim, fazemos isto juntos, mediados pelo mundo e pela vida. Nesse sentido, pensar na formação continuada de professores em EP é muito mais que pensar em fórmulas salvadoras para a paz universal ou nacional, mas um exercício constante de atenção, pensamento e modos de viver, na vida e na educação. Um compromisso de cidadania ativa!

Referências Bibliográficas

CENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA A PAZ/UNIVERSIDADE PARA A PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS. *O estado da paz e a evolução da violência na América Latina*. Tradução de Maria Dolores Prades. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

GRABAUSKA, Claiton José. Investigação-ação educacional: possibilidade crítica e emancipatória na prática educativa. In: MION, Rejane; SAITO, Carlos H. *Investigação-ação*: mudando o trabalho de formar professores. Ponta Grossa, PR: Gráfica Planeta. 2001.

FERNÁNDEZ, Isabel. *Prevenção da violência e solução de conflitos*: o clima escolar como fator de qualidade. São Paulo: Madras, 2005.

MORAES, Maria Cândida. *Sentipensar*: fundamentos e estratégias para reencantar a educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

JARES, Xésus. *Educação para a Paz*: sua teoria e sua prática. Porto Alegre, Artmed, 2002,

FREIRE, Ana Maria. Educação para a paz segundo Paulo Freire. In: *Revista Educação*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUC/RS, ano XXIX, n.2, Maio/Agosto, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HANNAS, Maria Lúcia; PEREIRA, Ieda Lúcia Lima. *Pedagogia na prática*: propostas para uma educação integral. São Paulo: Editora Gente, 2001.

MARTINS, Lígia Márcia. *A formação social da personalidade do professor*: um enfoque vigostkiano. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

MILANI, Feizi Masrour. Cultura de paz X violências: papel e desafios da escola. In: MILANI, F.M; JESUS, R.D.P.*Cultura da Paz*: estratégias, mapas e bússolas. Salvador: INPAZ, 2003.

RABBANI, Martha Jalali. *Educação para a paz*: desenvolvimento histórico, objetivos e metodologia. In: MILANI, F.M; JESUS, R.D.P. *Cultura da Paz*: estratégias, mapas e bússolas. Salvador: INPAZ, 2003.

TAVARES, José (org.) *Resiliência e educação*. São Paulo, Cortez, 2001.

TUVILLA RAYO, José. *Educação em direitos humanos*: rumo a uma perspectiva global. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Nei Alberto Salles Filho
Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG-PR. Mestre em Educação. Coordenador do Núcleo de Estudos e Formação de Professores em Educação para a Paz e Convivência (UEPG/PR). Professor das Faculdades Integradas de Itararé/AIE-SP. Coordenador do Observatório de Violências nas Escolas (Núcleo AIE/SP)
E-mail: nei.alberto@uol.com.br